



Estado do Piauí
Palácio de Karnak
Gabinete do Governador

LIDO NO EXPEDIENTE

Em, 01/08/2017

1º Secretário

MENSAGEM Nº 34 /GG

Teresina (PI), 25 de JULHO de 2017.

A Sua Excelência, o Senhor
Deputado **THEMÍSTOCLES DE SAMPAIO PEREIRA FILHO**
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí
NESTA CAPITAL

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Excelentíssimas Senhoras Deputadas e Senhores Deputados,

Comunico a Vossas Excelências que, nos termos do § 1º, do art. 78, da Constituição Estadual, decidi **VETAR TOTALMENTE**, o Projeto de Lei que “*Dispõe sobre a obrigação da publicação de Estatística Criminal, institui a Base de Dados de Consulta Pública de Estatística Criminal do Estado do Piauí e dá outras providências*”, pelas razões a seguir espostas.

RAZÕES DO VETO

Em consulta a Secretaria de Estado da Segurança Pública – SSP, por meio do Despacho nº 002/GDGI/2017, de 14 de julho de 2017, encaminhado por meio do Ofício nº 12.000-619/GS/2017, de mesma data, respondeu nos seguintes termos:

“No Piauí, a Secretaria de Segurança Pública é o órgão competente para executar as políticas de estatísticas criminais, *ex vi* do disposto no inciso X, do art.46, da Lei Complementar nº. 28/03, *verbis*:

‘Art.46. Compete a Secretaria de Segurança Pública a prestação dos serviços de defesa civil e de polícia em geral a preservação da ordem e dos bons costumes, a segurança pública e a proteção à integridade física, à vida e à propriedade, cabendo-lhe:

[...] *omissis*

X – consolidar estatísticas estaduais de crimes.’

“Como inexistia plataforma da Secretaria de Segurança Pública na *internet* para divulgação de dados estatísticos, desde janeiro de 2015, a Secretaria de Segurança iniciou a publicação de dados estatísticos no *site* da Polícia Civil, criado desde 2011. Em março do ano em curso a atual gestão criou e implementou *site* institucional desta Secretaria no endereço: www.ssp.pi.gov.br para publicação de informações de interesse público, inclusive estatísticas criminais (www.ssp.pi.gov.br/estatisticas).

25/07/2017

PARA LEITURA EM EXPEDIENTE

Emanuelito de Oliveira Costa
Secretário Geral da Mesa



Estado do Piauí
Palácio de Karnak
Gabinete do Governador

“A produção dos dados obedece às políticas nacionais e internacionais de produção de informações criminais: diretrizes do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas – SINESP, bem como o Protocolo de Bogotá para Qualidade dos Dados de Homicídio na América Latina e Caribe.

“O recorte das categorias eleitas para publicação mensal obedece ao critério da transparência, frequência e atualidade dos dados. Demais categorias são fornecidas ao interessado mediante requerimento devidamente motivado de acesso à informação em atenção aos princípios da proteção da informação, disponibilidade, autenticidade e integridade, observado o disposto no inciso VIII, do art.23, da Lei Federal nº. 12.527, de 18.11.11 – Lei de acesso à informação.

“Insta salientar que o Estado do Piauí atualiza mensalmente o Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas – SINESP, a cargo do Ministério da Justiça – MJ, em conformidade com a Resolução nº1, de 23.09.15, do Conselho Gestor do SINESP – DOU nº. 197, de 15.10.15, Seção 1, p.39 (DOC.4), [site www.sinep.gov.br](http://www.sinep.gov.br), contemplando, conforme Termo de Adesão firmado entre MJ e Estado do Piauí em 01.03.13 (DOC.5), as categorias seguintes: homicídio doloso, roubo seguido de morte (latrocínio), lesão corporal seguida de morte, homicídio culposo de trânsito, letalidade policial (pessoas mortas em confronto com as polícias civil e militar, pessoas mortas por policiais civis e militares em outras circunstâncias, policiais civis e militares mortos em serviço e policiais civis e militares mortos fora do serviço).

“Referidas categorias são obrigatórias, porém o Piauí atualiza o mesmo Sistema com informações sobre: roubo, furto, estupro, lesão corporal dolosa, lesão corporal culposa no trânsito, tortura, tráfico de drogas, porte de arma de fogo e extorsão mediante sequestro. Dessa forma, qualquer pessoa do povo poderá acessar referidos dados, seja por intermédio da SSP ou MJ, com pedido devidamente motivado.

“Inobstante todas essas ações, a Secretaria de Segurança Pública atualmente encontra-se em processo de confecção de Termo de Cooperação Técnica com o Ministério Público do Estado do Piauí para envio periódico de Relatório de informações sobre estatísticas criminais (DOC.6).

“Eventual execução do Projeto de Lei em análise exigirá mudança na metodologia da produção de dados estatísticos criminais porquanto dissociado da política nacional e estadual que toma por base as diretrizes nacionais e internacionais. Referida mudança representa portanto, uma nova política de segurança pública para a produção do conhecimento no âmbito do Sistema Estadual de Segurança Pública, demandando esforços tecnológicos, humanos, materiais, financeiros e cognitivos, especialmente no que pertine ao desenvolvimento de dados criminais, capacitações, aquisição de equipamentos de informática, programas, mobiliários, recursos humanos e financeiros para a construção e implementação da nova política de estatísticas criminais (grifados).

“Ademais, vê-se, em tese, a partir do teor dos arts. 4º e 5º do referido projeto, eventual usurpação das competências constitucionais exclusivas do Ministério Público, órgão incumbido do controle externo das Polícias, *ex vi* do disposto nos arts. 127 e 129, II, da Constituição Federal.”



Estado do Piauí
Palácio de Karnak
Gabinete do Governador

Como se vê, a Secretaria de Segurança Pública já cumpre seu dever constitucional de consolidar as estatísticas estaduais de crime, em consonância com a metodologia nacional da política de segurança pública, tornando-a acessível ao público e preservando o interesse público, razão pela qual contraria o interesse público mudança de metodologia e divulgação de dados estatísticos em dissonância com a política da Secretaria Nacional de Segurança Pública.

Por todo o exposto, resolvo **VETAR TOTALMENTE** o presente Projeto de Lei, entendendo-o inconstitucional, por violar o Princípio da Separação de Poderes e por entendê-lo contrário ao interesse público.

Senhor Presidente, são essas as razões que me levaram a vetar este Projeto de Lei, as quais submeto à elevada consideração dos Senhores membros dessa augusta Assembleia Legislativa.

Assinatura manuscrita em tinta preta, com traços fluidos e uma longa extensão para a esquerda.

JOSÉ WELLIGTON BARROSO DE ARAÚJO DIAS
GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ